



SOMOS QUILOMBOLAS: A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS RURAIS EM SANTA RITA DE BARREIRAS

Prof^a Esp. Maria Albenize Farias Malcher¹

Resumo

Neste artigo daremos visibilidade a organização de mulheres negras rurais em Santa Rita de Barreiras no município de São Miguel do Guamá, estado do Pará, onde no processo de construção do território quilombola emergem práticas e saberes espaciais de grandes relevância para o reconhecimento do território, que neste momento tem a sua dimensão política e de gênero na formação de “sujeitos políticos”. Dessa forma, a territorialidade é o elemento de construção da identidade da mulher quilombola, pois perpassa pela estreita relação do grupo com a terra e aponta a existência do trabalho coletivo e de práticas sócio-ambientais do cotidiano, com especificidades que revelam o sentido de pertença com o território.

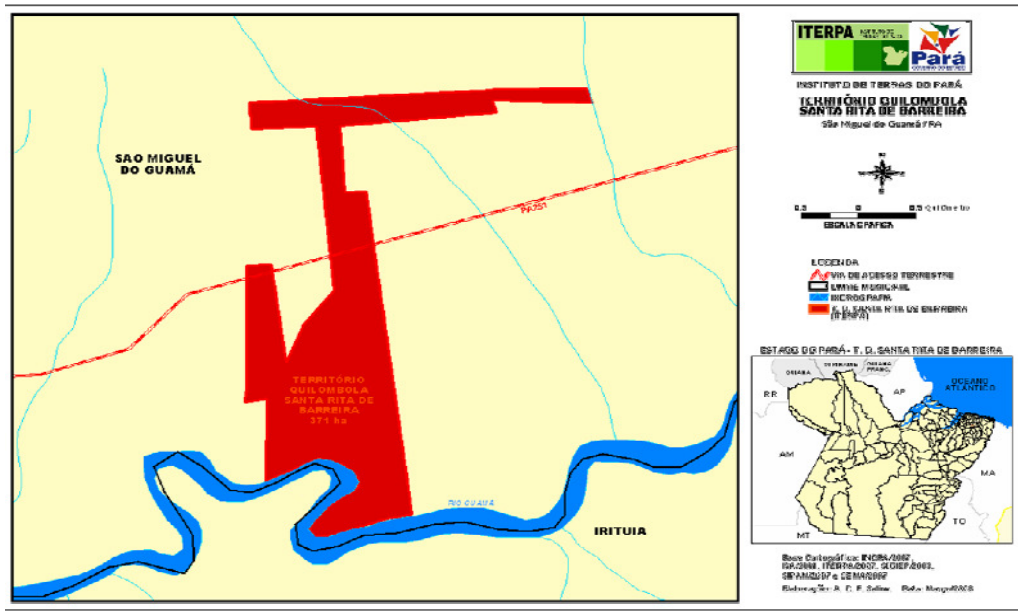
Introdução

Santa Rita de Barreiras é uma comunidade quilombola localizada no município de São Miguel do Guamá pertence à Mesorregião Nordeste Paraense e à Microrregião Guamá. O acesso ao município se dá de forma terrestre pela BR – 010 ou fluvial pelo Rio Guamá por sua vez, o acesso a comunidade se dá pela PA – 251, próximo ao centro urbano do município ao lado da rodovia Belém-Brasília (BR-010). A extensão do território quilombola de 371, 3032 ha, com título expedido em 22 de Setembro de 2002 pelo Instituto de terras do Pará – ITERPA. Seus limites são, ao Fazenda de Venâncio Cardoso, Honorato Dias e os limites naturais do rio Guamá. Este por sua vez serve através da atividade de pesca para subsistência dos moradores. No interior da comunidade vivem 45 famílias, alguns sítios possuem igarapés. Os meios de transportes mais utilizados são: bicicleta, moto, carroça e ônibus.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (International Fellowships Program – IFP), E-mail: geomalcher@yahoo.com.br.



Figura 1 - Território quilombola da comunidade Santa Rita de Barreiras no Município de São Miguel do Guamá/PA



Fonte: <http://www.iterpa.pa.gov.br/ListaMapaQuilombos.iterpa?quilCodigo=19>, acessado em 10 de março de 2009.

Mediante a Declaração de Auto-reconhecimento quilombola, expedido em 15 de Outubro de 2001, foi dado o início a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação do território. A extensão do território quilombola de 371, 3032 hectares, com título expedido em 22 de Setembro de 2.002 pelo Instituto de terras do Pará – ITERPA.

A comunidade Santa Rita de Barreiras é uma das sete comunidades identificadas como quilombola no município de São Miguel do Guamá e a primeira a ser titulada, esta foi identificada como quilombola através do Projeto “Mapeamento das comunidades negras rurais no Pará: ocupação do território e usos do recursos, descendência e modo de vida”. Este mapeamento foi realizado entre os anos de 1998 e 2000. No ano de 2009 foram expedidos mais dois títulos, o da Comunidade Nossa senhora de Fátima do Crauateua e Menino Jesus do Pueirinha e mais duas comunidades estão iniciando o processo de reconhecimento, a comunidade de são Luís e São Pedro, o Grupo de mulheres quilombolas passa a se organizar neste contexto, no ano de 2009, Assim a formação do território quilombola é de grande relevancia e surte efeito na organização das mulheres quilombolas de Santa Rita de Barreiras.



1 - a organização de mulheres negras rurais em Santa Rita de Barreiras

A compra de pequenos hectares de propriedades de produtores rurais, possibilitou crescimento da atividade da Indústria cerâmica em São Miguel do Guamá, sobretudo próximo a comunidade Vila São Pedro de Tucumandeuá, que hoje se restringe a uma vila de pescadores e poucos produtores rurais, devido a ação intensa de compra de propriedades.

Na comunidade do Santo Amaro, Km 6 e 7 da PA-251, a relação como os ceramistas foi diferenciada, os proprietários não venderam toda sua propriedade e sim parte do Lote, como foi o caso do Sr. Câmico de Castro, que vendeu parte de sua propriedade para o ceramista e pecuarista Venâncio Cardoso no final da década de 1990.

O ceramista e pecuarista Venâncio Cardoso, comprou também propriedades ao Longo do Km 8 da PA-251 e nas comunidades quilombolas de Santa Rita de Barreiras (Km 12) e São Luís (Km 14), também em um ramal próximo a PA-251, que dá acesso a comunidade do Urucuriteua.

É neste contexto que o termo quilombola ganha significância nesta comunidade, pois muitos moradores tiveram que vender suas terras, por motivos diversos, sejam por questões familiares, conflitos, razões financeiras e forma morar na cidade de São Miguel do Guamá.

Segundo alguns moradores, em decorrência do isolamento e da falta de transporte da comunidade pouco tinha contatos comerciais com a comunidade. Somente com a construção das Estradas para transportar seixo e areia explorados nos arredores da comunidade.

Antigamente, no verão era bom, tinha um caminhozinho seco, mas no inverno a gente tinha que passar pelo rio, como uma chuva alagando tudo e as vezes até a gente passava anadando ou de canoa quando tinha².

A ampliação de acesso aos serviços de transporte e comunicação sempre foi um dos grandes desafios da comunidade, onde no passado parecia ser mais difícil, no entanto não anula as dificuldades de acesso a estes serviços nos tempos atuais. Acreditamos que as mais variadas ações para a conquista da terra e permanência no território.

Na comunidade existe uma organização dos trabalhos da Igreja Católica na comunidade, onde existe grupos de evangelização, catequese, crisma, pastoral da criança, dizimo e muitos destes trabalhos são liderados por mulheres. A comunidade reúne todos os domingos para a celebração da palavra (Cultos Dominicais), dentre os espaços comunitário há uma igreja em construção, a sede da associação, um campo de futebol, uma escola municipal de ensino fundamental de I e II ciclo, adentando um pouco no território, há uma casa de farinha farinha comunitária e um apiário, bem como uma horta comunitária do grupo de mulheres quilombolas da comunidade.

² Antonia Ataíde, Entrevista em maio de 2009.



Identificamos na comunidade duas grandes festas, uma de início mais recente, desde 2002, a “Festa do Título” recebida no dia 22/09/2002 e a outra mais antiga, a Festa da Santa que tem o nome da comunidade “Santa Rita” no mês de maio. O padroeiro do lugar chama-se Emanuel (Sagrado Coração de Jesus), no entanto, há durante o ano festividades de outros santos e santas como São José, Santo Antônio, Nossa Senhora do Perpetuo Socorro e Santa Luzia.

Alguns moradores afirmam ter no passado havia uma Irmandade de São Benedito, que realizavam a festa do santo por até 8 dias. Dentre os mais velhos da comunidade existem curadores (as), rezadores (as), bem como uma forte tradição de curar doenças através do uso de plantas medicinais cultivada aos arredores de suas casas.

Pensamos que a questão quilombola passa por reconhecer os atores e suas territorialidades, fundada na dinâmica territorial de uma comunidade quilombola amazônica. As famílias de Barreiras, na sua maioria, sobrevivem da pesca, do cultivo da terra, da criação de abelhas, de animais e da coleta bens da floresta, No entanto parte da população desta comunidade tem como principal meio de sobrevivência o trabalho assalariado nas fábricas de cerâmica, em residências, como funcionários públicos municipais³ ou rendas provenientes de aposentadorias, bolsa família e outros⁴.

Não obstante, observamos que o trabalho assalariado aparece nas comunidades de Santa Rita de Barreiras, no entanto não se torna um mecanismo principal, pois o trabalho na roça e outras atividades de auto-subsistência, tem grande importância no rendimento familiar. Segundo Oliveira (1991, p. 58), analisando o universo campones, a presença da força de trabalho assalariada quando aparece na comunidade camponesa (quilombola) aparece como um elemento desta unidade.

Destacamos o trabalho familiar como outro elemento deste universo, percebemos que, mesmo com a introdução de outras formas de trabalho, a comunidade quilombola no contexto desta pesquisa se desenvolvem através da mão-de-obra familiar e todos da família tem serviços a realizar, seja na casa, no roçado ou no retiro. Assim, concordamos com a afirmação de Moura (1988), em sua obra camponeses que o trabalho familiar caracteriza o vínculo do camponês (quilombola) com a terra, seja esta nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando a reprodução física e social deste grupo de pessoas. (1988, p. 54). No entanto o processo de

³Identificamos a presença de quatro funcionários públicos na comunidade, dois professores, uma servente e um agente comunitário de saúde, deste quadro de funcionários, somente a professora do ensino infantil reside na comunidade vizinha a Santa Rita, a comunidade quilombola de São Luís, os outros são da própria comunidade.

⁴Em um segundo momento da pesquisa, optaremos por aplicar um questionário socioeconômico nas três comunidades, como o objetivo de tornar essas informações quantitativas.



recriação, redefinição e diversificação do fazer camponês (MOURA, 1988, p. 17-18) nestas comunidades é um elemento fundante do ser quilombola.

O território é a condição essencial que define quem são os grupos negros, onde estão e por que estão naquele determinado lugar. Ele constitui também um patrimônio comum e, por isso, difere-se dos outros territórios de outros grupos. Para Gusmão (1995), é através da memória, que podemos salvaguardar a história marcada pelo lugar, lugar esse tão importante, pois é o que define o negro não como um sujeito genérico, mas sim o negro de uma comunidade ou grupo que ocupa um determinado território, uma terra que lhe pertence (Gusmão, 1995).

A análise dos grupos negros rurais na Amazônia, nos foi colocada a partir da condição camponesa, por meio das diversas formas de apropriação da terra, e de seu uso e do trabalho grupal e familiar (Gusmão, 1996). A especificidade do modo de vida demonstra que existem elementos comuns ao universo camponês brasileiro e ao mesmo tempo, elementos que os diferenciam pela condição étnica e historicamente particular.

A Organização do grupo de mulheres em Santa Rita de Barreiras, enquanto mulheres quilombolas, pode ser compreendida como um processo atual, no entanto, entre a década de 80 e 90, as mulheres nesta comunidade se organizavam como grupo de mães. Para Acevedo (1999) a trajetória política não é projetada “na reflexão de um indivíduo, mas, na relação com o seu grupo e com a sociedade”. (ACEVEDO, 1999, p.114).

Neste contexto as organizações de mulheres quilombolas buscam alternativas viáveis para sobrevivência da sua comunidade, que se constituem em um sistema onde as dimensões socio-políticas, econômicas e culturais são fundamentais para a construção da identidade e da reestruturação da mobilização de tais comunidades.

Segundo Acevedo e Castro, as inserções políticas dos grupos negros rurais, indicam uma variabilidade de conjunturas localizadas, associadas no interesse pelo conflito numa dimensão onde cada comunidade quilombola insere e o território só pode ser pensado em um quadro de ação de indivíduos, é a dinâmica de interesses em jogo, de tensões, conflitos e contradições entre atores que tece a trama social e que dá sentido ao território e à vida em sociedade. (Acevedo e Castro, 2004, p.63). Nesta mesma dimensão Almeida (1989) assevera:

Por seus desígnios peculiares, o acesso à terra para o exercício das atividades produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias da família, dos grupos de parentes, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade que reforçam politicamente as redes de relações sociais (ALMEIDA, 1989).

A relação do território de Santa Rita de Barreiras se formam a partir do cotidiano de mulheres e homens, das suas relações, tendo como base a família, o trabalho e a religiosidade. Neste



sentido, uma característica marcante é a ocupação do território de acordo com as relações de parentesco.

Este e outro elemento a ser enfatizado: o da **unidade familiar** que suporta um certo processo produtivo singular, que vai conduzir ao acamponesamento com o processo de desagregação das fazendas de algodão e cana de açúcar e com a diminuição do poder de coerção dos grandes proprietários territoriais. (Almeida, 2000).

A terra é um recurso social, meio de sobrevivência, de reprodução da vida. Dessa forma, a territorialidade é o elemento de construção da identidade territorial quilombola. As formas de acesso a terra, incluem as dimensões simbólicas e materiais, onde a estreita relação do grupo representa uma relação complexa e aponta para a existência da terra como território.

O território pode ser compreendido pela condição simbólica e material, pois ao longo do tempo este grupo tem assegurado o sentimento de pertencimento ao lugar e ao grupo, a posse coletiva da terra é consequência do desenvolvimento coletivo da mesma, onde os subsídios adquiridos representa para os quilombolas a garantia secular da existência do grupo, fortalecendo as bases das atividades econômicas e sociais e políticas.

CONCLUSÃO

Tratam de um resultado parcial da leitura sob o grupo de mulheres quilombolas na Comunidade Santa Rita de Barreiras. Assim, é indispensável o entendimento da importância deste grupo liderados por mulheres quilombola neste processo.

Com isso, identificamos um processo diferenciado de mobilização política para afirmação da identidade territorial quilombola, bem como territorialidades fortemente marcadas por elementos étnicos e sócio-territoriais, onde se ergue um debate com possibilidades extremamente fecundas para se discutir a questão das políticas públicas para comunidades quilombolas no Estado do Pará.

Neste contexto as comunidades negras rurais passam a fazer parte do processo de construção de estratégias e levantamento de demandas para acessarem tais recursos. Destacamos ainda a afirmação étnica, que além de fazer parte do discurso de identidade territorial quilombola.

REFERENCIAS

MARIN, R. A. (1999) **Mobilização Política de Comunidades Negras Rurais** – Domínios de um conhecimento praxiológico. Novos Cadernos NAEA, Vol. 2 nº 2, Belém-PA, dezembro de 1999.

Almeida, A. W. B. de (2000). “**Os quilombos e as novas etnias**”. In Fundação Cultural Palmares. Quilombos no Brasil, Revista Palmares 5.



_____(1989). Terras de preto, terras de santo, terras de índio. Uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna & HÉBETTE, Jean (Org). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA,1989. p. 163-196. (Cadernos NAEA, nº 10).

GUSMÃO, Neusa M. de (1999). Da antropologia e do direito: impasses da questão negra no campo. Fundação Cultural Palmares. Brasília.

_____(1996). Terra de pretos terras de mulheres. Brasília. Fundação Cultural Palmares.

_____(1995). Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos. In *Cultura Vozes*, nº 6, nov/dez São Paulo, Vozes.

MOURA, M. M. (1988) Camponeses. São Paulo, Ática.

OLIVEIRA, A. U. de (1991). A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto.